

**Relações de trabalho, Igreja Católica e direitos na zona canavieira
de Pernambuco: organização e mobilização de trabalhadores
rurais no regime militar**

**Labor relations, Catholic Church and rights in the sugar cane zone of Pernambuco :
organization and mobilization of rural workers in the military regime**

Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo*

Resumo: O presente artigo busca discutir as relações entre as mobilizações de trabalhadores rurais e a Igreja Católica na zona canavieira de Pernambuco. O período abordado se estende do início do interesse da Igreja pelas relações no meio rural, com a renovação institucional impulsionada pelo Concílio Vaticano II e Conferência de Medellín, à repressão vivida pela instituição pelo regime militar com a vigilância e perseguição dos membros da Igreja na defesa dos princípios de justiça, dignidade e direitos da sociedade civil e em especial dos trabalhadores no Brasil. Para pensar esta análise, partimos da discussão historiográfica e do cruzamento de fontes produzidas pela Igreja, pelos meios de comunicação e pelos Serviços de Informação do regime autoritário vigente a partir de 1964.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais, Igreja, Ditadura.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between mobilizations of rural workers and the Catholic Church in the sugarcane zone of Pernambuco. The period covered extends from the beginning of the Church's interest in relations in rural areas, with the institutional renewal promoted by the Second Vatican Council and the Medellin Conference, the repression of the institution by the military regime with the vigilance and persecution of members of the Church in defense the principles of justice, dignity and rights of civil society and especially of workers in Brazil. In order to think this analysis, we start from the historiographical discussion and the crossing of sources produced by the

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Doutorado Sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle (Paris III) pela CAPES-PDSE.

Church, by means of communication and by the Information Services of the authoritarian regime in force since 1964.

Keywords: Rural workers, Church, Dictatorship

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir as mobilizações de trabalhadores rurais e suas relações com a Igreja Católica na Zona Canavieira de Pernambuco em busca de espaços de reivindicação e direitos no campo em meio à repressão instaurada com o golpe civil-militar de 1964¹. Os movimentos de organização de trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil vivenciaram diversas disputas de representação, entre a Igreja Católica, associações civis, Ligas Camponesas e partidos políticos. Para pensar as possibilidades de mobilização desses trabalhadores buscamos analisar documentações produzidas neste cenário de luta por direitos e espaços de reivindicação. Com isso, utilizamos o cruzamento de fontes documentais levantadas nos arquivos do Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Periódicos da imprensa nacional e internacional, análise de entrevistas com membros de equipes de assistência sindical rural e fundos do SNI no Arquivo Nacional sobre o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.

O estudo sobre as formas de organização política dos trabalhadores no campo, sua relação com o Partido Comunista, com as Ligas e com os governos federais e estaduais em Pernambuco é realizado por diversos autores sobre as décadas de 1950 e 1960². As Ligas Camponesas teriam emergido num cenário de dinamização da economia agrária do estado. Tais modernizações das práticas produtoras no campo visavam fortalecer os grupos agrário-industrial, aumentado sua produtividade, sem reflexo algum em melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. A intensificação da exploração sobre o trabalhador

¹ Este artigo faz parte da discussão apresentada no 44º Cycle de Conférences de la Fondation Maison du Brésil – “Approches historiques et sociologiques sur le travail, les mouvements sociaux et l’Église Catholique au Brésil”, Paris, 2018.

² Ver: AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. AUED, Bernadete Wrublesvski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas 1955-1964*. Florianópolis: UFSC, 1986. MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. PEREIRA, Anthony. *O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos*. Clio. PPGH/UFPE, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. STEIN, Leila Menezes. *A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. Tese Doutorado. IFCH – Unicamp, 1997.

rural resultou em mobilização no campo, encontrando forte repressão por meio da violência e perversidade dos grandes proprietários rurais.

As Ligas e partidos políticos na organização dos trabalhadores rurais

As primeiras Ligas Camponesas teriam seus antecedentes históricos em 1945 sob a organização do Partido Comunista. Adotaram uma forma jurídica de associação para contornar as dificuldades de caráter político e burocrático que enfrentavam na imposição de criação de sindicatos no campo. O decreto 7.038 de 1944 autorizava a sindicalização rural, contudo este dispositivo legal não chegava a ser implementado devido a grande resistência dos proprietários rurais e ausência de mobilização na organização política das massas rurais. Até 1955 o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido 5 sindicatos rurais em todo o país. O Sindicato Rural de Campos, reconhecido em 1933, como o mais antigo do país, o Sindicato Rural da Usina de Barreiros, reconhecido em 1954, dois sindicatos em São Paulo e um na Bahia (AZEVEDO, 1982). Neste cenário, as Ligas fundadas pelo Partido Comunista realizavam um esforço para se transformar em sindicatos, esbarrando na resistência dos grandes proprietários e na negativa do Ministério do Trabalho (AZEVEDO, 1982, p.56). A maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta com a cassação do Partido Comunista em 1947, sofrendo repressão pelas polícias privadas dos grandes proprietários de terra.

Em 1955 é fundada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco por agricultores do engenho Galiléia com objetivo de arrecadar um fundo de ajuda mútua para auxílio em períodos de necessidade, como na hora da morte³. Nestas ocasiões os agricultores precisavam apelar à prefeitura que cedia um caixão coletivo que precisava ser devolvido logo após o sepultamento (PORFÍRIO, 2009, p.23). A associação de agricultores visava contornar a humilhação de precisar recorrer a prefeitura no momento de enterrar seus mortos. Para a população do meio rural, a forma como eles seriam enterrados constituía uma das maiores preocupações em vida⁴.

³ O engenho Galiléia está situado na cidade de Vitória de Santo Antão, a aproximadamente 50 km do Recife. Ver: MONTENEGRO, Antonio. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴ Em MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução* o historiador relata as memórias do padre Jaime Le Boyer sobre uma senhora que hospedou na casa paroquial que vivia caminhando pelas estradas do sertão sozinha mas levava consigo um dinheiro escondido, em um cordão de São Francisco, necessário para o seu enterro, pois a sua grande preocupação era não morrer como indigente.

A SAPPP organiza o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco e reúne aproximadamente 3 mil trabalhadores rurais. A organização teve ampla cobertura na imprensa local, dando maior visibilidade as mobilizações dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida. A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP nasce como uma associação beneficente e termina por ficar conhecida como Ligas Camponesas. A imprensa passa a nomear a SAPPP de Ligas Camponesas em referência às antigas Ligas organizadas pelo Partido Comunista. Apontar a associação como uma organização comunista era uma tentativa da imprensa de colocar a opinião pública contra a SAPPP⁵. Esta influência do partido comunista também é discutida pela versão sobre as origens das Ligas feita por Bernadet Aued (1986), apresentando recorte para Sapé e ação na Paraíba. Desde o início dos anos 1950 o Partido Comunista estaria tentando rearticular os contatos no campo e recriar as antigas Ligas sob novas denominações. Contudo, a expressão é apropriada pela Sociedade Agrícola e novas Ligas se estabelecem em outras cidades com mobilização ampliada.

Em entrevista ao Jornal “O Estado de São Paulo” em 8 de agosto de 1961, Zezé da Galiléia explicava a função da caixa funerária como o acesso às despesas funerárias e a dignidade: “Veja, antes, quando um de nós morria, o caixão era emprestado pela Prefeitura. Depois que o corpo era levado à vala comum, o caixão voltava para o depósito municipal. Hoje, a Liga paga o enterro e o caixão desce com o corpo”⁶.

Criadas como entidades associativas, as Ligas vão assumir o lugar que era impedido às iniciativas sindicais de intervir em favor do trabalhador na relação capital/trabalho no campo, devido ao nível de controle político dos proprietários rurais de usinas e engenhos em Pernambuco. Segundo Montenegro, o Ministério do Trabalho era pressionado pela Confederação Rural Brasileira para impedir:

qualquer iniciativa que possibilite estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural. A sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário (MONTENEGRO, 2003, p. 253-254).

⁵ Sobre a influência comunista, Fernando de Azevedo em “As Ligas Camponesas”, aponta que a formação e constituição da primeira diretoria da SAPPP contava com militantes das antigas associações rurais da década de 1940, como Paulo Travassos (depois Zezé da Galiléia) como presidente, Osvaldo Lisboa, Severino de Souza e Romildo José, como secretários e José dos Prazeres registrado como Diretor Social. AZEVEDO, A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶ Biblioteca Nacional – Jornal O Estado de São Paulo, 08/08/1961.

Com a polícia e justiça local manipuladas pelos grandes proprietários rurais, os trabalhadores tinham poucas possibilidades efetivas de resistência. A busca por respaldo jurídico e político para a Sociedade criada poderiam ampliar as possibilidades e os espaços de luta dos trabalhadores do Engenho Galiléia. Para amplificar a resistência, precisariam trazer a tona a repressão na imprensa e nos espaços legislativos. O núcleo dirigente da SAPPP se desloca até Recife em busca de articular contatos e estabelecer apoio à luta que iniciavam. O contato efetivo se dá na casa do deputado Francisco Julião, que recebe os trabalhadores rurais e aceita assessorá-los juridicamente na defesa dos seus interesses. Formava-se também um comitê interpartidário com deputados do PSB, UDN, PDT, PST e PCB, que iriam compor o Conselho Regional da SAPPP, denunciando a situação do Engenho Galiléia nas tribunas da Assembleia e na imprensa, impedindo que a repressão se intensificasse no engenho (PAGE, 1972). Francisco Julião formulava o estatuto da SAPPP e registrava-a como uma associação civil, entrando em cena como seu advogado. Os conflitos no campo eram normalmente publicados nas páginas policiais nos jornais de maior circulação no estado. A questão agrária e camponesa era tratada como problema policial, assim como foi tratada a questão operária no Brasil do início do século XX. Neste sentido, o comitê interpartidário que reunia membros de quase todos os partidos de oposição do governo cumpria uma importante função no cenário de embate, pois trazia à cena e transformava em fato político os conflitos entre camponeses e proprietários rurais.

A questão agrária vive uma importante virada política em sua abordagem. Abandonando a perspectiva do fatalismo geográfico da seca, traz para o centro das discussões a desigualdade regional a partir das relações sociais estabelecidas no campo. Esse período de intensas transformações políticas no estado era também de efervescente mobilização no campo, tanto a atuação das Ligas como tentativas de formar sindicatos rurais extralegais conviviam com a repressão ao movimento de lutas e organização do campo.

As Ligas possuíam uma estrutura orgânica montada da cidade para o campo, por meio de articulação com setores urbanos agregando seus quadros e militantes políticos. A estrutura teve uma organização verticalizada até 1963, quando entra em crise interna por dissensões políticas e ideológicas, com a perda da hegemonia do movimento no campo para a sindicalização rural mobilizada pelo partido comunista e pela igreja (AZEVEDO, 1972, p.78).

A Igreja Católica e os trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil

O início da mobilização da Igreja Católica pela situação dos trabalhadores do campo no Nordeste se dá com o conjunto de ações iniciado pelo bispo Eugênio Sales do Rio Grande do Norte. Em meio a efervescência sócio-política do Nordeste, o bispo de Natal se destacaria com um catolicismo modernizador e reformista, acompanhando as novas estratégias da Conferência Nacional dos Bispos, lançava sua diocese em uma primeira campanha de sindicalização rural (MARIN, 1992, p.92).

Richard Marin enfatiza uma tomada de consciência da Igreja Católica após pressões dos movimentos sociais, das recomendações de Roma e dos governos nos anos 1940 e 1950, voltando a atenção para a situação do homem no campo e aderindo à pauta de reformas sociais. Apelos religiosos voltavam-se sobre o mundo rural pontuando que a Igreja já havia “perdido” os trabalhadores urbanos e não poderia “cometer a loucura de perder também os trabalhadores rurais”⁷.

Dom Eugênio Sales havia fundado o Serviço de Assistência Rural na década de 1950, enquanto uma organização que executava programas de educação e saúde no campo e começava as primeiras mobilizações de organização de trabalhadores em sindicatos rurais. O Serviço de Assistência Rural – SAR declarava-se livre de quaisquer ligações políticas, mas segundo Page demonstrava-se anticomunista, não buscando mudanças radicais na estrutura socioeconômica do campo. O caminho escolhido pelos sindicatos pensados pelo SAR era o de auxílio na defesa dos direitos trabalhistas rurais e uma perspectiva de reforma agrária suave (PAGE, 1972). Contudo, as condições do campo no Rio Grande do Norte não eram as mesmas do campo de Pernambuco. Na zona canavieira pernambucana a atuação de Francisco Julião e as Ligas Camponesas, chamava a atenção da Igreja. Os padres entendidos como mais conservadores mantinham a identificação da Igreja com os grandes proprietários de terra, endossando denúncias contra o comunismo no campo. Entretanto, padres mais jovens identificados como progressistas, influenciados pela encíclica do Papa João XXIII, percebiam a necessidade de uma abordagem mais ativa no campo e mais próximas dos trabalhadores. Alguns desses padres haviam conhecido pessoalmente a atuação do SAR no Rio Grande do Norte e tinham retornado para Pernambuco influenciados pela experiência que visualizaram. Em 1961, os padres pernambucanos realizam uma série de reuniões na Paróquia da Jaboatão, para discutir a

⁷ Fala do Bispo Dom Engelke – MARIN (1995). As recomendações produziram efeito na CNBB que haveria se lançado numa tentativa de reconquistar o mundo rural. A Confederação teria marcado presença na reunião com líderes governamentais e Juscelino Kubitschek na elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico na região Nordeste.

agitação política na zona canavieira. A fundação de Ligas cristãs é recusada pela associação à experiência de Julião e pelas limitações que essas já possuíam. Os padres chegam a um consenso que a criação de sindicatos rurais seria forma mais efetiva de enfrentar o problema de agitação no campo (MARIN, 1992, p.94). Os jovens padres pernambucanos acreditavam que a organização de um movimento trabalhista rural pensado nos quadros da lei poderia se contrapor às forças que Julião havia desencadeado no campo do Nordeste. Neste momento, como já identificado, existiam apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos em todo o Brasil. Existia autorização legal e estes acreditavam na sindicalização como um meio efetivo de mobilizar os camponeses. Segundo Marin (1992), a possibilidade de organizar em seguida as federações de Estado e as confederações nacionais impulsionavam a estruturação do movimento com vista à uma maior eficácia. Com esse anseio, começaram a mobilizar a organização dos trabalhadores.

O movimento dos padres se configurava estruturalmente e jurisdicionalmente sob um órgão que foi chamado de SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Dois padres tiveram registros importantes nesta mobilização pela organização dos trabalhadores, o Padre Melo e o Padre Crespo. O Padre Melo foi definido por alguns historiadores como um chefe, intérprete dos camponeses, enquanto o Padre Crespo era interpretado como o verdadeiro cérebro por trás da operação.

O Serviço de Orientação de Pernambuco era pensado pela Igreja Católica com base na experiência do SAR no Rio Grande do Norte. O Sorpe visava encontrar líderes camponeses e treiná-los no sindicalismo cristão. Em uma das entrevistas realizadas com uma integrante da equipe do SORPE nas décadas de 1960 e 1970, conseguimos perceber os esforços de instruir futuras lideranças sindicais no campo por meio de organizados encontros e cursos ministrados ao longo de todo o Estado por equipes montadas pela Igreja para reunir trabalhadores rurais e articulá-los⁸. Em suas lembranças a assessora educacional relembra as viagens pelo interior do estado de Pernambuco pelas dioceses reunindo trabalhadores rurais e ministrando cursos que iam desde práticas de alfabetização de adultos à conscientização sobre o trabalho no campo e a importância da sindicalização. A entrevistada relata confecções de materiais informativos na Rua Giriquiti, n.48, endereço que remete à sede do SORPE no centro da cidade de Recife. Os materiais produzidos em cartilhas e painéis seriam utilizados e distribuídos no trabalho nos meios rurais. A referência à “ação educacional” no campo é bastante presente na construção das lembranças da entrevistada. O Sorpe trazia em sua constituição a atividade de educação

⁸ Entrevista realizada em 20/07/2018 com uma das ministrantes de cursos de formação do SORPE.

de base para estabelecer uma estrutura cristã através do sindicalismo⁹. Os líderes escolhidos seriam treinados para organizar sindicatos que seguissem as orientações do Sorpe, fugindo dos conflitos diretos entre trabalhadores e proprietários rurais, na busca por uma mediação desta configuração das relações no campo pensadas a partir da reivindicação dos direitos trabalhistas:

os novos sindicatos procurariam uma solução harmoniosa para as diferenças existente entre os camponeses e os donos de terra, e entre os trabalhadores do açúcar e os usineiros, como uma alternativa preferível ao conflito de classe. Eles também encorajariam, como meio de melhorar a situação do camponês, a formação de cooperativas, assim como o fornecimento de serviços legais e outros necessários (PAGE, 1972, p.185).

Em documentação do DOPS-PE IV Exército distribuída ente o Serviço Nacional de Informação, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal e Polícia Militar, encontramos o Informe nº873 definindo a atividade do Sorpe como “única e exclusiva de doutrinação e orientação da massa rural”. O documento descreve a previsão de aulas na sede do Sorpe com finalidades de aumentar o controle da sindicalização rural. Voltam a atenção para o padre Paulo Crespo que é descrito como “intelectual, muito sutil e perspicaz” com “grande penetração no meio rural”. A ação do Padre Crespo era descrita na zona canavieira com recorte para uma “ação doutrinaria” em “Cavaleiro, Jaboatão, Moreno”¹⁰. A operação de sindicalização rural era inicialmente orientada com prioridade para a zona açucareira ao redor de Recife.

Em 1962, o Sorpe cria a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco e amplia a sindicalização para cidades como Caruaru, Lajedo, Limoeiro, Timbaúba, Vitória de Santo Antão. O Padre Crespo, buscava distinguir a atuação do Sorpe das Ligas, afirmando que:

As Ligas Camponesas, por si sós, não constituem o melhor instrumento para solução do problema do camponês. [...] No meio de todas as contradições, surgiu o movimento sindicalista rural, como uma força de pressão, para o aperfeiçoamento da nossa democracia. É a última esperança para o camponês (PAGE, 1972, p.185).

⁹ Entrevista realizada 20/07/2018 com uma das ministrantes de cursos de formação do SORPE

¹⁰ Prontuário n.29.679 SORPE – DOPS-PE

Apesar de tais declarações é possível identificar no Sorpe abordagens paternalistas. O controle geral das forças de organização deste movimento concentrava-se no Padre Crespo e no Padre Melo, que não demonstrariam qualquer inclinação em repassar este controle aos líderes camponeses os quais estavam treinando definindo suas próprias práticas paternalistas. Segundo Marin, a Igreja tinha fortes ativos e assumia complexas operações burocráticas na criação dos sindicatos, que muitas vezes se iniciavam nas dependências das paróquias. A Ação Católica fornecia recursos humanos e materiais, contudo, outros recursos também estavam presentes nessa empreitada da Igreja como fundos de paróquias, de dioceses, de organizações nacionais, de organizações internacionais católicas e de organizações internacionais sindicalistas (MARIN, 1992, p.96).

Dentre os recursos recebidos, a Agência Central de Informação americana fornecia apoio a esta mobilização de trabalhadores rurais. O Sorpe recebia financiamento da CIA com intuito de reduzir o potencial revolucionário do movimento trabalhista rural em Pernambuco. Agentes da CIA trabalhavam como técnicos na CLUSA – Liga Cooperativa, desenvolvendo contatos estreitos com o Sorpe e com o Padre Crespo. Recursos da CIA eram então utilizados dentro do movimento para ajudar nos pagamentos de salários e despesas do Sorpe. Neste financiamento, a organização dos trabalhadores rurais recebia recursos de pessoas que de outra maneira poderiam não ter contribuído com esforços para a sindicalização rural (CRESPO, 1990, p.46).

A organização dos trabalhadores rurais teria recebido ajuda financeira da CIA, por meio da CLUSA em dezembro de 1964. Porém, em 1967 a Liga Cooperativa – CLUSA retiraria seu apoio financeiro ao SORPE. Nesta época também é revelado a ligação da CLUSA com a CIA abertamente. A Usaid e o Corpo de Paz assumem a assistência ao movimento trabalhista e cooperativo rural. Além da CLUSA auxiliando na fundação de cooperativas agrícolas, o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre - AIFLD, criado pela AFL-CIO atuava no movimento trabalhista após o golpe visando combater as influências comunistas e castristas na América Latina (CORREA, 2007).

Em entrevista ao CPDOC em 1978¹¹, Padre Crespo declara ter recusado receber recursos para outros fins que não os de organização dos trabalhadores rurais em sindicatos. A entrevistadora o questiona sobre o dinheiro ser da CIA e o padre reforça o relacionamento com a IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, financiado pelas centrais sindicais americanas. A relação com o

¹¹ Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. CRESPO, Enes Paulo. Paulo Crespo (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

IADESIL que é descrito como “legalmente reconhecido no país”, seria de captação de recursos para construção de centros sociais de trabalhadores. O AIFLD teria programado cursos de treinamento para líderes trabalhistas, construindo centros de serviço para camponeses. Sob a bandeira de construção de “sindicatos livres e democráticos” em meio a um regime de repressão instaurado em 1964.

O padre declara ter recusado o recebimento de financiamento para fins diversos, como instalação de programas com médicos em cada sindicato, ou escola por sindicato. Tais programas teriam sido recusados e o padre Crespo afirma que a proposta aceita era de doação e não de ingerência na organização:

Queremos construir alguns centros sociais de trabalhadores, onde os trabalhadores permanentemente vão poder se reunir, debater seus problemas, fazer cursos, treinamentos, conforme as suas necessidades. Isto nós só aceitamos se vocês imediatamente derem logo a escritura do terreno, a escritura total de doação do prédio e não tiverem nenhuma ingerência na administração do prédio (CRESPO, 1990).

O Iadesil teria concordado com a proposta do padre e com este recurso o Sorpe teria construído os Centros de Trabalhadores Rurais em Carpina, em Ribeirão e Garanhuns. O Padre reforça que apesar de manter o acordo, o Iadesil não teria feito nenhuma interferência e “até hoje esses centros continuam nas mãos da Federação, como uma escola permanente de debate, de liderança dos grandes problemas da classe aqui em nosso estado.” (CRESPO, 1990).

Esse recebimento de recursos de centrais sindicais americanas em 1962 seria a primeira ligação estabelecida antes do Golpe de 1964. O padre também declara o recebimento de financiamentos após o Golpe. Sobre o recebimento de recursos da CLUSA – Liga das Cooperativas Americanas, Padre Crespo afirma que “já em 64, nós começamos a outra parte, a das cooperativas de trabalhadores rurais. E, para organizar essas cooperativas, fizemos um convênio aberto com a Liga das Cooperativas Americanas”. Cada cooperativa teria recebido em torno de 10 mil cruzeiros para despesas de montagem, fazer prateleiras, comprar máquina registradora. Seria um fundo rotativo, com um convênio aberto a fundo perdido. Havia também financiamento de cursos e treinamentos, mas estes deveriam ser ministrados apenas pelos padres.

Igreja, lutas por direitos, vigilância e repressão do regime militar

O papel da Igreja na instauração do Golpe Civil-Militar de 1964 é intensamente debatido na historiografia. Partindo de um entendimento de que a Igreja não constituía um bloco homogêneo, mas era composta por uma diversidade de atos e atores, é possível observar a confecção de trajetórias da instituição frente à efervescência política da segunda metade do século XX.

A aproximação com entidades que financiavam e articulavam o Golpe trazem à tona as ambivalências da instituição que havia se debruçado entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 num movimento de maior aproximação das camadas populares, em especial dos trabalhadores (DELGADO, 2007).

O Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência de Medellín (1968) produziam um movimento de estruturação da Igreja na América Latina voltada para um discurso de Justiça Social, dignidade de condições de vida e proteção dos direitos humanos. O Catolicismo encontra na América Latina um lugar de renovação do qual poderia então se difundir pelo mundo. Vivenciando uma ruptura histórica após mais de quatro séculos de monopólio religioso nas sociedades latino-americanas, a Igreja Católica buscava estratégias de reconquistar filiações confessionais por meio de reformas estruturais. Olivier Compagnon define uma crise do catolicismo latino-americano e profundas transformações nos anos que enquadram o segundo Concílio do Vaticano (COMPAGNON, 2008). A Igreja Católica na América Latina teria experimentado um intenso processo de renovação, definida como institucional e ideológica. A renovação institucional teria tido lugar com a criação de Conselhos Episcopais Nacionais, como a CNBB em 1952, o CELAM em 1955 e diversas universidades católicas. Renovação também considerada ideológica com a emergência de correntes de pensamento questionando o papel da Igreja no mundo moderno, por meio de iniciativas de padres brasileiros tomando parte em favor dos trabalhadores do campo e suas organizações nas décadas de 1950 e 1960 (COMPAGNON, 2008, p.13). A defesa dos direitos sociais e humanos colocava a Igreja em confronto com o Estado autoritário que endurecia sua repressão em 1968 com o Ato Institucional nº5.

A Igreja entrava na década de 1970 denunciando os abusos do regime militar e aparecia como núcleo de oposição, sofrendo a vigilância e a repressão. A origem do debate sobre as práticas de tortura e repressão do regime autoritário brasileiro ganham espaço nos auditórios internacionais. Em maio de 1970, Dom Helder Câmara é anunciado no Jornal Le Monde como convidado do Cardinal Marty de Paris para uma conferência organizada pelo

Centre Catholique des Intellectuels Français¹². Em sua passagem pela França, o arcebispo também falaria ao público de Orleans e Lyon. Uma nova publicação no Le Monde na véspera da Conferência trazia frases de Dom Helder antecipando o conteúdo a ser discutido: “*Les tortures existente au Brésil. Ce ne sont pas des cas isolés. En conscience, j’en parlerai ouvertement le 26 mai à la Mutualité*”. Dom Helder declarava a existência e a expansão da tortura no país sob a vigência do regime militar.

Para garantir um lugar na reunião pública com o arcebispo de Recife e Olinda seria necessário retirar um convite no Centro Católicos dos Intelectuais¹³. A grande procura para assistir a Conferência de Dom Helder em Paris é anunciada no Le Monde com a transferência de local da “*grande salle de la Mutualité*” para o “*Palais des Sports*”¹⁴. A conferência acontece no dia 26 de maio no Palais des Sports de Paris e o relato de dois casos de tortura teriam sido motores da explanação do arcebispo, dois estudantes de Recife e um jovem dominicano de São Paulo (MARIN, 1992, p.226). Dom Helder traz números da Associação de Juristas que denunciam 12.000 prisioneiros políticos no Brasil e inúmeras outras formas de tortura praticadas pelo Estado brasileiro. A conferência buscava o reconhecimento internacional das práticas do regime militar no Brasil.

A repercussão da conferência recai sobre o arcebispo com campanhas de difamação internacional contra o Brasil. Em reunião com a Assembleia Geral da CNBB o ministro de Justiça tem contato com relatórios sobre torturas e declara as intenções difamatórias de Dom Helder (MARIN, 1992, p.227).

O arcebispo vivenciará a censura no Brasil, com a interdição pelo Ministro da Justiça de fazer referência a seu nome em todos os órgãos da imprensa, mas também vai receber solidariedades do episcopado, entendido por Marin como uma “notoriedade internacional” e um “silêncio nacional”. Ao passo que o arcebispo é silenciado nos recursos midiáticos nacionais, ele é intensamente vigiado pelos serviços de Segurança.

Dossiês montados pelo Serviço Nacional de Informação - SNI mapeavam o histórico de deslocamentos de Dom Helder com datas, locais, recortes de jornais e extensões de fala do arcebispo pelo país e pelo mundo. O ano de 1970 trazia registros de sua passagem pelo Canadá, Estados Unidos, Itália, Suíça, Espanha, França. O SNI registra a fala de Dom Helder na imprensa canadense, descrevendo “*D. Helder Câmara, marginado, declarou que, quem quer praticar o espírito cristão na América Latina, é logo apontado como*

¹² Le Monde. 08.05.1970. P.12

¹³ Le Monde. 26.05.1970. P.10

¹⁴ Le Monde. 27.05.1970. P.18

comunista”¹⁵. Em resposta a uma “Campanha nacional de difamação” percebida por Dom Helder, é produzido um documento ainda em 1970 intitulado “Quem me financia as viagens”. O arcebispo relata que dentre as hipóteses “mais absurdas e mais maldosas”, o financiamento de suas viagens era tido como resultado de “assaltos a Bancos”. Dom Helder relata hipóteses caluniosas como: “Fidel Castro quem me leva, tantas vezes aos USA”, e “Mao Tse-Tung à Europa”, e ainda financiamento das “esquerdas francesas”. As indagações pesadas vinham sendo veiculadas por jornais e televisão sem espaços de defesa e resposta. No documento arquivado pelo Regional NE II da CNBB, o arcebispo relata suas viagens internacionais com passagens e hospedagens pagas por diversas organizações de numerosos convites, dos quais muitos seriam recusados em razão de não implicar maior ausência na Arquidiocese. O arcebispo considera uma autopromoção comentar suas viagens ao exterior, mas entende que diante das intensas acusações não-falar seria consentir. Iniciando pelas viagens que ainda iria fazer em 1970, escreve:

Perdoem os que se irritam com os convites que recebo, mais ainda terei, se Deus quiser, de ir ao Japão, em outubro próximo. Quem convida e financia a idade e a hospedagem? A World Conference on Religion and Peace. Quem quiser testar, escreva ao ‘Secretário Geral Mr. Homer A. Jack. 2-7 Motoyoyogi-machi, Shibuya-ku. Tokio-Japan’. [...] No momento, penso em responder afirmativamente a um convite da Universidade de Havard para voltar a falar a seus alunos. Endereço para quem puser em dúvida minha afirmativa: ‘20 Arrow Street. Cambridge, Massachusetts 02138 – USA’.¹⁶

A estratégia de não só expor o motivo como o endereço para confirmação da motivação da viagem, aponta para a busca de publicidade ao documento produzido pelo Arcebispo em meio à repressão sofrida com a perseguição do regime militar instaurado. Diante do cenário de bipolarização mundial, o arcebispo descreve em tópico “Cuidado de ficar no Ocidente” que teria a cautela de só aceitar convites do Ocidente, mesmo recebendo convites de organizações com “liberdade de pensamento e de crítica” e provoca escrevendo “se me chamam de comunista mesmo com o cuidado de não ir aos Países de Leste e apesar das críticas pesadas que faço à URSS e à China Vermelha, que se diria se eu atravessasse a Cortina?”¹⁷

¹⁵ Arquivo Nacional – Dossiê D. Helder Camara Pasta 2 AC ACE 13361 70

¹⁶ Arquivo Regional Nordeste II – CNBB Dom Helder Câmara - “Quem me financia as viagens”.

¹⁷ Arquivo Regional Nordeste II – CNBB Dom Helder Câmara - “Quem me financia as viagens”.

Em 1976, a imprensa internacional voltava a atenção para a situação no Brasil e principalmente às denúncias da Igreja sobre a situação precária de vida dos brasileiros pobres. Em matéria no *Le Monde*, Charles Vanhecke narra o retorno da Igreja em se pronunciar contra a política do regime militar. A violência nas relações no meio rural ganhava o tom da matéria e traziam prisões arbitrárias de bispos e interrogatórios coercitivos, onde os bispos Dom Estevão Cardoso Avelar e Dom Alano Pena teriam sido inquiridos por dois dias pelos militares sobre a doutrina da Igreja e sobre o que eles pensavam a respeito de Dom Helder Camara e Dom Lefebvre¹⁸.

A visibilidade da Igreja era alterada e ela se encontrava em conflito com o regime¹⁹. A bandeira dos direitos e da Justiça Social se posicionava na contramão da orientação do Estado. A Igreja sofria então a onda de violências contra todas as lideranças e mobilizações que não estavam em acordo com o regime (DELGADO, 2007, p.118). Respondendo aos ataques difamatórios por meio de publicações, conferências e denúncias da cena social e política brasileira.

Em sua trajetória de multiplicidades de ser percebida enquanto colaboração e enquanto oposição, a Igreja assume a função de porta-voz de uma grande parcela da sociedade civil em meio a forte repressão dos anos de chumbo. Ao final da década de 1970 e no processo de abertura, as inclinações entendidas como mais progressistas pareciam conduzir no campo político à expressão pública de oposição ao regime.

Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Orgs.). *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.
- AQUINO, Rubim Santos Leão; MENDES, Francisco R.; BOUCINHAS, André D. *Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 2009.

¹⁸ *Le Monde*. 14.II.1976 P.4

¹⁹ Sobre relações entre Igreja e Estado durante o regime militar ver: SERBIN, K. *Secret dialogues. Church-State Relations, Torture, and Social Justice in Authoritarian Brazil*. University of Pittsburgh Press, 2000.

- AUED, Bernadete Wrublesvski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas 1955-1964*. Florianópolis: UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CALLADO, A. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- _____. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.
- _____. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.
- COMPAGNON, O. Olivier Compagnon, «La crise du catholicisme latino-américain», *L'Ordinaire des Amériques*, 210 | 2008.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1955 a 1964*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007.
- COSTA, L. “A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil”. In: *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares cultura*. São Paulo: Brasilienses, 1994.
- CRESPO, Enes Paulo. Paulo Crespo (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife, 2003. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge

- (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DROPPA, A. O poder normativo e a consolidação da justiça do trabalho brasileira: a história da jurisprudência sobre o direito coletivo do trabalho. *Tempo* [online]. 2016, vol.22, n.40, pp.220-238.
- ESPERANÇA, Clarice. *A greve de Chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Junior*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2007.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAMA, Marcília. *Cultura e Memória – História e Trabalho. Gestão documental no TRT6: Um apelo à História e à Memória*. In: ACIOLI, V., GUIMARAES, R., MONTENEGRO, A. *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- _____. *Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE*. Recife: Tese de Doutorado, UFPE. 2007.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo* 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais*. Cuiabá: EDUFMT, 2006.
- _____. *Espaços e Tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita* In: MONTENEGRO Et. AL. *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.
- _____. *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia*. In: *Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Vol.27, São Paulo: EDUC, 2003, p.49 – 69.
- LARA, Silvia Hunold. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARIN, Richard. *Dom Hélder Câmara, les puissants et les pauvres: pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien (1955-1985)*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Les Éditions Ouvrières, 1992.

- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petropolis: Vozes, 1981.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Produções do Medo: algumas trilhas. (1955-1964)*. In: MONTENEGRO, A; REZENDE, A. GUIMARAES NETO, R. et al. (Orgs.). *História: cultura e sentimento. Outras histórias do Brasil*. Co-edição – Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.
- _____. *Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar*. In: GOMES, Angela de Castro e TEIXEIRA, Fernando (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil*. Campina: Editora da Unicamp, 2013.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Recorde, 1972.
- PAIDA, Zenilda. *Trabalhador Rural*. Conteúdo Jurídico, Brasília – DF, 2012.
- PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. *Estudos Avançados*. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108.
- PEREIRA, Anthony. *O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963*. *Clio*. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2009.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*.- São Leopoldo: Oikos, 2010.
- SERBIN, K. *Secret dialogues. Church-State Relations, Torture, and Social Justice in Authoritarian Brazil*. University of Pittsburgh Press, 2000.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os Clandestinos e o Direitos: Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. *Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana*. *Mana*, 10 (1), abr/2004. pp.131-163

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades. In: HEINZ, F.; HARRES, M. M. (Orgs.). *A História e seus Territórios: XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*, São Leopoldo: Oikos, 2008.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo de Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES FILHO, José. Acordo Trabalhista, Fator de Injustiça. *LTr*, 50-7. 1986.

STEIN, Leila Menezes. *A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. Tese Doutorado. IFCH – Unicamp, 1997.

VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1980.



Recebido: 17 de janeiro de 2019

Aprovado: 9 de fevereiro de 2019